

## CAÇA E PESCA NO MARANHÃO: PESQUISA ATRAVÉS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS E DA ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Amanda Cristina Almeida Ramos Correia <sup>1</sup>

Tássia Janine do Nascimento Pinto<sup>2</sup>

Alcebíades Costa Filho<sup>3</sup>

Marcelo Reges Pereira <sup>4</sup>

### RESUMO

O presente texto é fruto de pesquisa do PIBIC/CESC-UEMA, acerca da caça e pesca, em regiões de amostragem, leste e sul do Maranhão, do final do século XIX até meados do século XX. Noções de atividades de subsistência e comunidade rural embasam a análise das práticas pesqueira e cinegética, através da utilização de fontes documentais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística -IBGE, como os Censos Demográficos (1872, 1940, 1950 e 1960) e a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1959). Previamente, constatou-se que os recenseamentos demográficos, contemplavam informações em relação aos indivíduos que exerciam ou tinham alguma profissão na área de caça e pesca ou atividades produtivas abrangendo a prática cinegética e pesqueira. A Enciclopédia dos Municípios Brasileiro abordava informações a respeito da exploração da fauna terrestre e aquática, além de evidenciar algumas técnicas destas extrações.

**Palavras-chave:** Caça; Pesca; Censo Demográfico; Enciclopédia dos Municípios; Maranhão.

### HUNTING AND FISHING IN MARANHÃO: RESEARCH BY DEMOGRAPHIC CENSUSES AND THE ENCYCLOPEDIA OF BRAZILIAN MUNICIPALITIES

### ABSTRACT

This text is the result of research of PIBIC/ CESC-UEMA, about hunting and fishing, in sampling regions, east and south of Maranhão, from the late nineteenth century to the mid-twentieth century. Notions of subsistence activities and rural communities, base the analysis of fishing and hunting practices, using documentary sources of the Brazilian Institute of Geography and Statistics -IBGE, such as the Demographic Censuses (1872, 1940, 1950, and 1960) and the Encyclopedia of Brazilian Municipalities (1959). Previously, it was found that the demographic censuses, contemplated information in relation to individuals who exercised or had some profession in hunting and fishing or productive activities covering the hunting and fishing practice. The Encyclopedia of Brazilian Municipalities, addressed information about the exploration of terrestrial and aquatic fauna, besides showing some techniques of these extractions.

**Keywords:** Hunting; Fishing; Demographic Census; Encyclopedia of Municipalities; Maranhão.

<sup>1</sup> Graduanda em História, Universidade Estadual do Maranhão, aluna PIBIC-UEMA, amanddaoim@gmail.com

<sup>2</sup> Graduanda em História, Universidade Estadual do Maranhão, aluna PIBIC-UEMA, tassijanine25@gmail.com

<sup>3</sup>Professor doutor, Universidade Estadual do Maranhão e Universidade Estadual do Piauí, alcebiadescf@yahoo.com.br

<sup>4</sup> Professor mestre, Universidade Estadual do Piauí, [marceloreges@cchl.uespi.br](mailto:marceloreges@cchl.uespi.br).

# CAÇA E PESCA NO MARANHÃO: PESQUISA ATRAVÉS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS E DA ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

## CAZA Y PESCA EN MARANHÃO: INVESTIGACIONES A TRAVÉS DE LOS CENSOS DEMOGRÁFICOS Y LA ENCICLOPEDIA DE LOS MUNICIPIOS BRASILEÑOS

### RESUMEN

El presente texto es fruto de la investigación del PIBIC/CESC-UEMA, acerca de la caza y pesca, en regiones de muestreo, este y sur del Maranhão, de finales del siglo XIX hasta mediados del siglo XX. Nociones de actividades de subsistencia y comunidad rural, basan el análisis de las prácticas pesqueras y cinegética, a través de la utilización de fuentes documentales del Instituto Brasileño de Geografía y Estadística -IBGE, como los Censos Demográficos (1872, 1940, 1950 y 1960) y la Enciclopedia de los Municipios Brasileños (1959). Previamente, se constató que los censos demográficos, contemplaban informaciones en relación a los individuos que ejercían o tenían alguna profesión en el área de caza y pesca o actividades productivas abarcando la práctica cinegética y pesquera. La Enciclopedia de los Municipios Brasileños, abordaba informaciones acerca de la explotación de la fauna terrestre y acuática, además de evidenciar algunas técnicas de estas extracciones.

**Palabras llave:** Caza; Pesca; Censo Demográfico; Enciclopedia de Municipios; Maranhão.

### Introdução

Historiadores e sociólogos afirmam que, até meados do século XX, o Brasil estava condicionado a um cenário, primordialmente, com características rurais.<sup>5</sup> E, diante deste apontamento, é importante analisar conceitos como rural, a fim de compreender a conjuntura do Maranhão entre 1870 e 1960.

Ao tratar da relação entre urbano-rural, este último pode ser definido a partir daquilo que não é urbano, determinado a partir de suas carências, e não das suas próprias particularidades, visto apenas como um anexo do urbano, com dependência política, administrativa e econômica.<sup>6</sup> A ideia de rural remete a componentes que caracterizam esse espaço, a exemplo da figura do camponês, da produção extrativa e de áreas cultiváveis. No entanto, existem outras ideais que caracterizam o espaço rural, uma delas é que a ruralidade “alude ora a um espaço, ora a características relacionadas a certa qualidade de vida, a pautas socioeconômicas ou a valores específicos”,<sup>7</sup> ou seja, é uma construção social possível de alteração, dependendo do espaço e do tempo de vínculos internos.

Dentre as características que fazem relação com o ambiente de ruralidade, está a economia de subsistência, desenvolvida em pequenas propriedades familiares, pouco

---

<sup>5</sup> SILVA, G. A. da; BORGES, P. A. “Presença vs ausência de traços de ruralidade no léxico tocantinense”. **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**, São Paulo, n. 72, p. 83 -105, abr. 2019.

<sup>6</sup> MARQUES, M. I. M. “O conceito de espaço rural em questão”. **Terra Livre**, São Paulo, ano 1, n. 1, p. 95-112, jul./dez. 2002.

<sup>7</sup> SOUZA, Ingrid Tatiany Ribeiro Gomes. LIMA, José Júlio Ferreira. “Ensaio sobre a ruralidade: um resgate do rural puro e a apropriação de outras definições”. **Geografias**. Belo Horizonte, p.86-95, julho-dezembro 2006.

mecanizadas, que se destacam pela limitação ao gerar excedentes. Tal economia, geralmente, tem sua produção destinada ao consumo próprio e combina atividades de produção agrícola e de pecuária com as atividades extrativistas (caça, pesca, lenha, mineração) e artesanais (cerâmica, têxteis, etc.).<sup>8</sup>

Dessa maneira, dentre as atividades desenvolvidas no mundo rural, praticada principalmente por indivíduos que vivem da subsistência, estão a caça e a pesca. Dando ênfase a prática pesqueira, esta pode ser exercida tanto no ambiente fluvial, nos rios, como no marítimo, nos mares, evidenciando a importância da pesca para várias culturas. Observa-se diferentes configurações na forma da produção pesqueira,<sup>9</sup> dentre elas, a de auto-subsistência e a realizada nos moldes da pequena produção mercantil<sup>10</sup>, de acordo com a pesquisa realizada, essas duas eram as mais frequentes no Maranhão até a primeira metade do século XX.

Em relação à outra atividade, a caça<sup>11</sup>, também denominada de atividade cinegética ou venatória, que, no Brasil, já era praticada pelos povos indígenas e tinha como finalidade a obtenção de carne e a utilização das peles para a produção de artefatos.<sup>12</sup> O exercício venatório a princípio tinha como objetivo a busca por alimento, no século XIX e primeira metade do século seguinte, foi praticada como uma distração lícita, em que a atividade de caça era exercida conforme leis estabelecidas,<sup>13</sup> contudo, a carne ainda era a finalidade dos caçadores.

Com base em tais pressupostos sobre as atividades de caça e pesca, o presente artigo busca expor informações resultado do projeto de pesquisa do Programa de Iniciação Científica, Universidade Estadual do Maranhão – UEMA, cujo objetivo era investigar os recursos naturais, focando na prática de caça e pesca nas regiões leste e sul do Maranhão,

---

<sup>8</sup> MARTÍNEZ, Pascual Fernández. “A economia de subsistência como um modelo de economia sustentável”. In: SCHEUNEMANN, Inguelore; OOSTERBEEK, Luiz (orgs.). **Gestão Integrada do Território: economia, sociedade, ambiente e cultura**. Rio de Janeiro: IBIO, 2012, p.201-229.

<sup>9</sup> DIEGUES, Antonio Carlos. **A pesca construindo sociedades**. São Paulo: NUPAUB - USP, 2004.

<sup>10</sup> O autor destaca que na produção de auto-subsistência, a pesca é apenas uma das atividades do grupo, estando inserida numa economia onde existe apenas a produção de valores de uso, não havendo a utilização da moeda nas trocas existentes. Além disso, o eventual excedente é aproveitado dentro da unidade de produção. Já a produção pesqueira realizada dentro dos moldes da pequena produção mercantil tem como principal característica, a utilização do pescado para a venda em menor escala.

<sup>11</sup> LESSA, C. Ribeiro de. **Vocabulário de Caça**: contendo os termos clássicos portugueses de cinegética geral, os relativos à falcoaria, e os vocábulos e expressões de uso peculiar ao Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1944. Obra importante para compreensão da prática cinegética.

<sup>12</sup> MARTINS, Marcio Lúcio. **Os sabores da caça e da pesca**: história de vida de uma família de descendentes de italianos (1947-1998). Curitiba: Universidade Federal do Paraná, 2010.

<sup>13</sup> VARNHAGEN, Francisco Adolfo de. **A Caça no Brasil, ou Manual do Caçador em toda a América Tropical**. Rio de Janeiro: E. & H. Laemmert, 1860.

entre 1872 e 1960. Dessa maneira, as fontes de pesquisas para examinar a prática cinegética e pesqueira no contexto da produção e consumo de alimentos no território maranhense são os Censos Demográficos e a Enciclopédia dos Municípios Brasileiros.

Os Censos Demográficos são conjuntos documentais estatísticos oficiais que visam mapear as condições de vida da população brasileira.<sup>14</sup> Dentre as categorias pesquisadas e inseridas em um recenseamento, estão alocadas as informações acerca das profissões ou de atividade econômica que determinado indivíduo exerce. Dessa forma, o enfoque ao utilizar essa fonte histórica é justamente identificar as pessoas que exerciam no Maranhão a profissão de pescadores e caçadores<sup>15</sup>, ou que praticavam essas atividades como amadores.

A Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, foi elaborada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Obra publicada em 36 volumes, é composta de duas partes: uma destinada às regiões geográficas do Brasil e outra composta das informações específicas de cada município brasileiro. A obra apresenta aproximadamente 3.000 mapas de municípios e estados do Brasil. Além disso, traz farta documentação fotográfica, aspectos históricos, geográficos, econômicos, sociais e culturais. O volume 15 da coleção, publicado no ano de 1959 abrange dados relativos aos Estados do Maranhão e do Piauí.

### **Censo Demográfico: grupos populacionais interessados na prática de caça e pesca**

No Brasil, o interesse da pesquisa censitária, de forma direta, sistematizada e minuciosa acerca da sociedade e do modo de vida, começou a ser utilizado nas últimas décadas do século XIX, é por meio da Lei nº 1829 de nove de setembro de 1870 que é estabelecido o recenseamento da população a cada dez anos. Durante os cento e cinquenta anos de trabalho censitário, foram realizados doze censos da população, em 1872, 1890, 1900, 1920, 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Alguns recenseamentos não aconteceram conforme estipulado pela lei, entre outros fatores, por questões de ordem política ou de ordem sanitária, a exemplo dos censos de 1880, 1910, 1930, 1990 e 2020.<sup>16</sup>

<sup>14</sup> ALVES, Daniel Cardoso. “Senso Democrático e Censo Demográfico: uma questão de consciência e liberdade”. **Geopauta**, Vitória da Conquista, v. 5, n.4, p. 1-25, 2021.

<sup>15</sup> O decreto-lei nº 5894, de 20 de outubro de 1942, no artigo 12, declara que caçador é toda pessoa que se entrega ao exercício da caça, além disso, podem ser classificados como caçador profissional, aquele que procura obter lucro por meio da caça, e o caçador amador, que visa somente a atividade como uma prática esportiva. BRASIL. **Decreto-Lei Nº 5.894, 20 de outubro 1943**. [Recurso eletrônico] Código de caça.

<sup>16</sup> Memória IBGE. **Censos Demográficos**. Disponível em: <https://memoria.ibge.gov.br/historia-do-ibge/historico-dos-censos/censos-demograficos.html>. Acesso em julho 2022.

É válido destacar que os recenseamentos demográficos são organizados segundo leis e diretrizes. Através de suas normas de organização é possível observar as diferenças entre um censo e outro, alterações do Império para a República e, até mesmo, de um período da República para outro. Por exemplo, o espaço geográfico é alterado com o surgimento e desaparecimento de municípios e paróquias.<sup>17</sup> Em relação à pesquisa, para examinar a presença da prática da caça e da pesca no âmbito populacional no estado do Maranhão, elaboramos regiões de amostragem, considerando sempre os municípios do leste e sul do estado, analisando os censos demográficos de 1872, 1940, 1950 e 1960.

### Censo Demográfico de 1872

No Censo Demográfico de 1872, as pessoas que praticavam a atividade de caça e pesca estão indicadas no quadro “população considerada em relação às profissões”, como consta no referido censo. Foram analisados os seguintes municípios do Maranhão: Vargem Grande, Brejo, Barreirinhas, Codó, Coroatá, Caxias, São José dos Matões, Mirador, Picos e São Francisco. O quadro “população considerada em relação às profissões”, que identifica os grupos populacionais que praticam a atividade de caça e pesca, abrange somente a profissão de pescador, enquanto a de caçador não é mencionada. Conferir a tabela abaixo sobre a profissão de pescadores no recenseamento demográfico de 1872.<sup>18</sup>

**Quadro 01-** Pescadores nos municípios das regiões leste e sul do Maranhão em 1872

MUNICÍPIO	CENSO DE 1872												TOTAL			
	PESCADORES BRASILEIROS LIVRES						PESCADORES ESTRANGEIROS LIVRES							PESCADORES ESCRAVOS		
	HOMENS			MULHERES			HOMENS			MULHERES				HOMENS	MULHERES	
	SO	CA	VI	SO	CA	VI	SO	CA	VI	SO	CA	VI				
Vargem Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Brejo	10	12	5	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	27
Barreirinhas	42	25	6	1	4	-	-	-	-	-	-	-	2	-	-	80
Codó	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Coroatá	45	20	3	-	-	-	1	2	-	-	-	-	10	-	-	81
Caxias	10	2	4	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	16
São José dos Matões	11	3	1	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15
Mirador	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Picos	1	2	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3
São Francisco	45	10	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	10	-	-	65

Fonte: Censo Demográfico de 1872

\*SO: Solteiros (as)

\*CA: Casados (as)

\*VI: Viúvos (as)

Fonte: Censo Demográfico de 1872

<sup>17</sup> OLIVEIRA, Luiz Antonio Pinto. SIMÕES, Celso Cardoso da Silva. “O IBGE e as pesquisas populacionais”. *Revista brasileira de estudos populacionais*. São Paulo, v. 22, n. 2, p. 291-302, jul./dez. 2005

<sup>18</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. *Recenseamento do Brasil em 1872: Maranhão*. Rio de Janeiro: Tipografia G. Leuzinger, 1874.

## CAÇA E PESCA NO MARANHÃO: PESQUISA ATRAVÉS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS E DA ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Os dados foram organizados considerando brasileiros livres, estrangeiros livres e escravos; brasileiros e estrangeiros livres foram computados homens e mulheres segundo a condição conjugal, solteiros (as), casados (as) ou viúvos (as); quanto aos escravos, consideraram apenas homens e mulheres. Dos dez municípios analisados, apenas sete têm a presença de pessoas que trabalham com a pesca: Brejo, Barreirinhas, Coroatá, Caxias, São José dos Matões, Picos e São Francisco.

Por meio da análise da tabela, o número total de pescadores nos municípios pesquisados corresponde a 287 profissionais. Em relação ao número total de pescadores brasileiros livres, são contabilizados 257 profissionais, essa categoria é dividida segundo o estado conjugal, dessa forma, em todos os municípios, o número totalizante dos pescadores solteiros era de 164, casados 74 e viúvos 19.

Sobre a presença de mulheres, é totalizada a quantidade de 05 pescadoras na categoria de mulheres brasileiras livres, sendo 01 delas solteira e 04 casadas, todas no município de Barreirinhas. Pela localização, um município do litoralmente, contudo, com vários cursos d'água piscosos, implicando na pesca marítima e fluvial. Acerca dos pescadores livres estrangeiros, é contabilizado o número total de 03, 02 casados e 01 solteiro, todos no município de Coroatá. Por fim, a profissão de pescador também era praticada por escravizados, totalizando o número de 22 profissionais escravizados do sexo masculino.

Dessa maneira, compreende-se que a prática pesqueira no período do Império, e, sobretudo no Maranhão, não era limitada a uma determinada grupo social, possibilitando a participação de pessoas livres e escravizadas, brasileiras e estrangeiras, homens e mulheres de diferentes condições conjugais.

Em relação a questão de gênero, grau de liberdade e nacionalidade como se observa no quadro das profissões no censo de 1872, Camargo afirma “certas tendências, como a completa ausência não apenas de escravos e escravas, mas também de mulheres livres, em determinados ofícios. Este fato sugere que certas ocupações eram vistas como exclusivas da condição do gênero”<sup>19</sup>, todavia, no quesito pescador, pode-se afirmar uma pequena exceção a essa afirmação, visto que, apesar de sobressair o maior número de pescadores do sexo

---

<sup>19</sup> CAMARGO, Alexandre de Paiva Rio. “O censo de 1872 e a utopia estatística do Brasil Imperial”. **História Unisinos**, vol. 22, n. 3, pp. 414-428, sete-out., 2018.

masculino, livres e solteiros, é evidente, por meio dos dados, a presença de mulheres livres que praticam a pesca.<sup>20</sup>

### Censo Demográfico de 1940

O Censo Demográfico de 1940 foi o 5º recenseamento populacional realizado no país. Para mapear a prática de caça e a pesca, a amostragem abrange os municípios: Barão de Grajaú, Benedito Leite, Brejo, Buriti, Buriti Bravo, Caxias, Chapadinha, Codó, Coelho Neto, Coroatá, Flores, Loreto, Nova Iorque, Passagem Franca, Pastos Bons, Picos, Santa Quitéria, Santo Antônio de Balsas, São Bernardo, São Francisco, São João dos Patos, São José dos Matões, Vargem Grande e Vitória do Alto Parnaíba, banhados por cursos d'água piscosos, com destaque para os rios da bacia do rio Parnaíba, inclui-se também Araisos e Tutóia, dois municípios litorâneos no delta do rio Parnaíba.

Devido aos questionários dos censos demográficos estarem em constante atualização, no recenseamento de 1940, as informações sobre a atividade de caça e pesca estão alocadas em categorias distintas do Recenseamento de 1872. Dessa maneira, no Censo de 1940,<sup>21</sup> as informações incidem sobre as atividades produtivas, no ramo da atividade da indústria extrativista, que abrange diferentes “classes de atividades”, como a caça e a pesca, conforme é apresentado abaixo:

Figura 01- Classes de atividades no ramo da indústria extrativista



Fonte: Censo Demográfico de 1940

Dessa forma, o extrativismo “consiste em três tipos distintos: extração vegetal, animal e mineral. É possível abordar a questão de duas formas, a primeira é sua importância para o

<sup>20</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Recenseamento do Brasil em 1872: Maranhão**. Rio de Janeiro, Tipografia G. Leuzinger. 1874.

<sup>21</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Recenseamento geral do Brasil 1940: censo demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 1950.

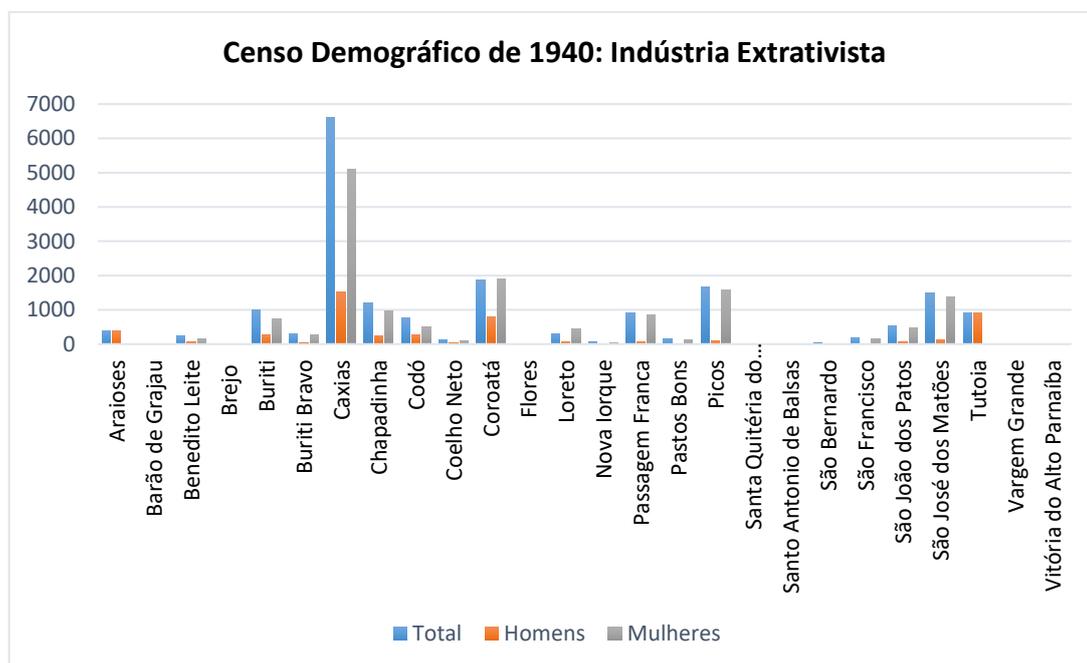
## CAÇA E PESCA NO MARANHÃO: PESQUISA ATRAVÉS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS E DA ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

setor econômico, e as suposições acerca do que aconteceria se essa prática deixasse de ser rentável devido à constante exploração; a segunda abordagem destaca que o extrativismo como prática ligada de modo íntimo e necessário ao formato de vida das pessoas da população rural.<sup>22</sup> O extrativismo animal se dá com os procedimentos da pesca e da caça de animais e aves silvestres, a exploração dos recursos da fauna, inicialmente, visava a alimentação, mas também tiveram diferentes utilidades domésticas<sup>23</sup>.

Os dados obtidos no recenseamento não especificam o número exato de pessoas caçando ou pescando no Maranhão, apenas indicam o número total de pessoas trabalhando no setor extrativista, sem especificar as atividades indicadas na figura 02. Entretanto, supõem-se que nesses números estão presentes as pessoas que exerciam as práticas pesqueira e cinegética.

Dessa forma, abaixo, o gráfico de combinação, apresenta quantidade de pessoas que praticavam a atividade no ramo da indústria extrativista.

**Gráfico 01-** Número de pessoas que exerciam a atividade na indústria extrativista nos municípios maranhenses em 1940



Fonte: Censo Demográfico de 1940

<sup>22</sup> SILVA, Danielle Wagner. CLAUDINO, Livio Sérgio. OLIVEIRA, Carlos Douglas. MATEI, Ana Paula. KUBO, Rumi Regina. Extrativismo e desenvolvimento no contexto da Amazônia brasileira. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 38, p. 557-577, agosto 2016.

<sup>23</sup> FREITAS, Sebastião dos Santos. **Extrativismo vegetal no Brasil em face da proteção do meio ambiente**. 2019. Anápolis, Centro de Direito Unievangélica. 2019.

O número total de pessoas que exercem a função nas indústrias extrativistas é de 19.031. O município com a maior quantidade de profissionais na indústria extrativista é Caxias com 6.601 trabalhadores, enquanto o menor é Vitória do Alto Parnaíba, com 01 trabalhador. Além disso, a quantidade de homens que praticavam essa atividade é menor em relação ao de mulheres, uma vez que, os trabalhadores do sexo masculino contabilizam o número de 5.017, enquanto o sexo feminino corresponde a 14.014 trabalhadoras.

Observa-se o maior número de homens trabalhando no ramo do extrativismo, nos municípios de Araiões, Brejo, Flores, Santo Antônio de Balsas, Tutóia, Vargem Grande e Vitória do Alto do Parnaíba, enquanto nos demais prevalece as mulheres em maior número. São muitos os indícios de que a exploração de frutos e sementes oleaginosas era um dos mais desenvolvidos ramo do extrativismo, tradicionalmente, atividade desenvolvida por mulheres comprova uma vasta literatura. Exemplo disso, é a extração do coco babaçu de forma manual no meio rural maranhense, de meados do século XX em diante, foi majoritariamente desenvolvido por mulheres.<sup>24</sup>

### **Censo Demográfico de 1950**

No Censo Demográfico de 1950 foram analisados os municípios: Alto Parnaíba, Araiões, Balsas, Barão de Grajaú, Benedito Leite, Brejo, Buriti, Buriti Bravo, Caxias, Chapadinha, Codó, Coelho Neto, Coroatá, Loreto, Nova Iorque, Parnarama, Passagem Franca, Pastos Bons, Santa Quitéria do Maranhão, São Bernardo, São Francisco do Maranhão, São João dos Patos, Timon e Tutóia.

O recenseamento de 1950 apresenta a mesma organização do censo demográfico da década anterior, ou seja, a atividade pesqueira e cinegética está inserida no ramo da atividade extrativista e os dados apresentados contabilizam somente o total de indivíduos que exercem a atividade no referido ramo de atividade, sem especificar o número para caçadores e pescadores. Para a melhor compreensão, fica demonstrado no gráfico abaixo<sup>25</sup>.

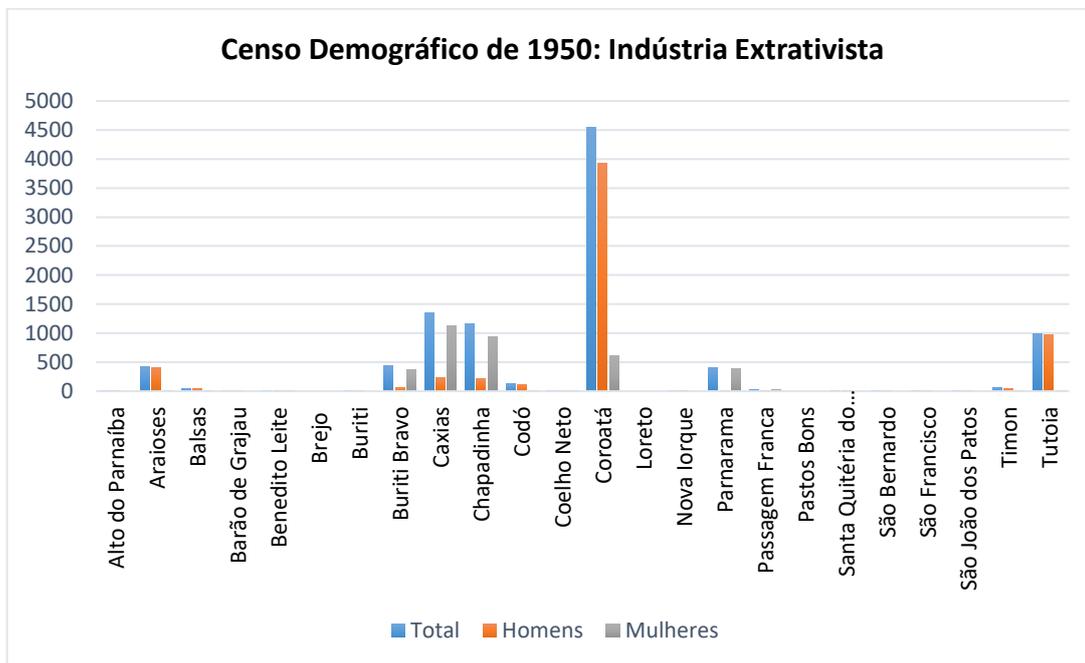
---

<sup>24</sup> BARBOSA, Viviane de Oliveira. **Mulheres do babaçu: gênero, maternalismo e movimentos sociais no Maranhão**. 2013. 266 f. Tese (Doutorado em História) - Departamento de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2013.

<sup>25</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **VI Recenseamento Geral do Brasil-1950:Censo Demográfico- estado do Maranhão**. vol. XII, t.1. IBGE, Departamento de População. Rio de Janeiro, 1955.

## CAÇA E PESCA NO MARANHÃO: PESQUISA ATRAVÉS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS E DA ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

**Gráfico 02-** Número de pessoas que exerciam a atividade na indústria extrativista nos municípios maranhenses em 1950



Fonte: Censo Demográfico de 1950

Por meio da análise, o número total de pessoas trabalhando nas indústrias extrativistas é de 9.608. Em relação ao número de homens, é contabilizado o número de 6.101, enquanto o número de mulheres corresponde a 3.507. Fazendo um comparativo com o censo de 1940, no recenseamento de 1950, o número total de trabalhadores diminuiu, além disso, também, o número de homens se apresenta superior ao número de mulheres.

Buriti Bravo, Caxias, Parnarama e Passagem Franca apresentam o maior número de mulheres no ramo do extrativismo, enquanto nos demais municípios, prevalece maior o número de homens. O município com a maior quantidade de profissionais da indústria extrativista é Coroatá com 4.543 trabalhadores, enquanto os menores são Buriti, Santa Quitéria do Maranhão, São Francisco do Maranhão e São João dos Patos, com 01 trabalhador em cada município.

O Censo Demográfico de 1950 apresenta dados acerca do número de pessoas que praticavam caça e pesca em todo o estado do Maranhão, entretanto, não especifica em relação a cada um dos municípios, como se observa no quadro abaixo.

**Quadro 02-** Quantidade de pessoas que exerciam a atividade de caça e pesca no Maranhão em 1950

Atividades	Pessoas (10 anos e mais)		
	Total	Homens	Mulheres
Indústrias Extrativistas	42.076	29.123	12.953
Caça	398	398	-
Pesca	14.546	14.456	90

Fonte: Censo Demográfico de 1950

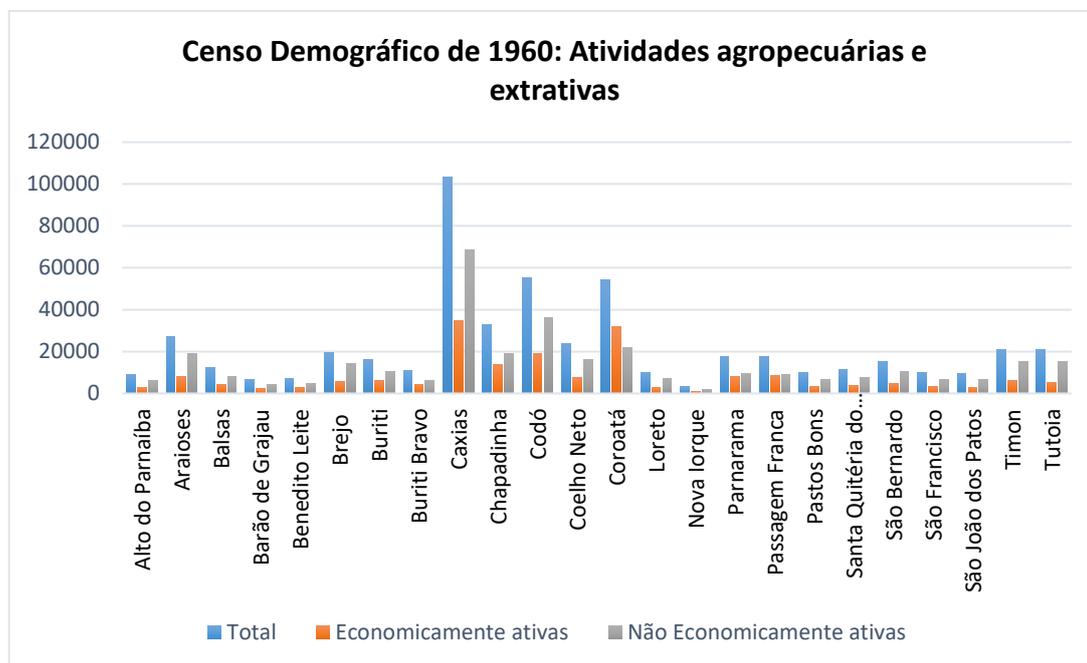
Por meio da análise da tabela, dos 42.076 trabalhadores contabilizados que exerciam a função na indústria extrativista, 14.944 pessoas praticavam a atividade da caça e da pesca. Observando o número de indivíduos, a prática pesqueira é mais difundida que a cinegética. Na caça, nota-se pelos dados que era uma atividade exclusivamente masculina, enquanto a atividade pesqueira, apesar de prevalecer o número maior de homens, era uma prática também exercida por mulheres.

### **Censo Demográfico de 1960**

No Censo Demográfico de 1960, os municípios analisados são os mesmos do censo de 1950. Diferente dos recenseamentos de 1940 e 1950, o censo de 1960, apresenta as atividades extrativistas associadas com a agricultura e pecuária, nomeando-as como “atividades agropecuárias e extrativas”, incluindo assim, a caça e a pesca. Além disso, as pessoas que exercem a prática extrativa estão agrupadas em “economicamente ativas” e “não economicamente ativas”, conforme é exposto no gráfico a seguir:

## CAÇA E PESCA NO MARANHÃO: PESQUISA ATRAVÉS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS E DA ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

**Gráfico 03-** Número de pessoas que exerciam as atividades agropecuárias e extrativas nos municípios maranhenses em 1960



Fonte: Censo Demográfico de 1960

O número total de pessoas trabalhando nas “atividades agropecuárias e extrativas” é de 524.953 trabalhadores. Em relação ao número de pessoas “economicamente ativas”, é contabilizado o número de 193.385, enquanto o número dos “não economicamente ativos” é maior, correspondendo a 331.568. Dos municípios analisados, é na cidade de Caxias a maior concentração de trabalhadores nas atividades agropecuárias e extrativas, e no município de Nova Iorque a menor concentração.

Outra informação pertinente do recenseamento de 1960 é que nos municípios analisado, predominavam os trabalhadores “não economicamente ativos”, com exceção do município de Coroatá, onde predominava as pessoas que praticavam a atividade agropecuária e extrativista de forma “economicamente ativa”. Dessa maneira, supõe-se que parte considerável dessas pessoas exercia essas atividades como subsistência (agricultura; criação de animais e aves de terreiro, para abate e consumo próprio; caça e pesca e coleta de frutos estacionais). Essa atividade não invalida um comércio em pequena escala, as feiras temporárias, com locais e dias determinados. Nas fontes oficiais, essas atividades ficaram registradas como não economicamente ativas.

Além dessas informações, o recenseamento demográfico de 1960 contempla dados acerca do número de caçadores e pescadores. No entanto, a quantidade desses profissionais corresponde a todo o território do Maranhão, assim como no Censo de 1950.

**Quadro 03-** Quantidade de pessoas que exerciam a atividade como pescadores e caçadores, no Maranhão em 1960

<b>Ramo da atividade extrativista Pescadores no Maranhão</b>	
Homens 16.995	Mulheres 238
<b>Ramo da atividade extrativista Caçadores no Maranhão</b>	
Homens 17	Mulheres 4

Fonte: Recenseamento Demográfico de 1960

Por meio da tabela, compreendemos que o número total de pescadores e caçadores do Maranhão, corresponde a 17.233 pessoas. A quantidade dos profissionais praticantes da pesca é maior em relação à caça, e o número de homens é maior em ambas as ocupações.

No seu livro “A caça no Brasil”, especialmente no capítulo VIII, Varnhagen recomenda aos iniciantes na prática cinegética, treino com caçadores experientes, manejo com armas, cuidados preventivos e mais outras minúcias<sup>26</sup>. Observa a variedade de práticas cinegéticas de um local para outro, costumes locais. Observou discriminação e reserva de caça para os “ricos fazendeiros” de determinada localidade, que reservavam o sábado para caçar e o domingo para os empregados e escravos, quando se reflete sobre o século XIX.<sup>27</sup> Não encontramos indícios da comercialização da carne de caça, mas consta nas fontes oficiais o comércio de peles e penas de diversos animais e aves silvestres.

Acerca da atividade de pesca, segundo Diegues, pode ser classificada como produção familiar de pescadores-lavradores ou de pescadores artesanais, ambas praticadas por indivíduos de forma independente, que conservam a propriedade dos bens de produção e etêm o conhecimento da prática pesqueira, a principal diferença é que os pescadores-lavradores exercem outras atividades de subsistência além da pesca.<sup>28</sup>

<sup>26</sup> FERREIRA, Hugo Fernandes. **A caça no Brasil: panorama histórico e atual**, 2014. 466 f. Tese (Doutorado em Ciências Biológicas) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014. [recurso eletrônico, 466p].

<sup>27</sup> FERREIRA, Hugo Fernandes. ALVES, Rômulo Romeu Nóbrega. Aspectos Históricos da Caça no Brasil nos séculos XVIII e XIX. **Revista Científica Biodiversidade Brasileira**. n.2. Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio). 2018, p. 90-105.

<sup>28</sup> DIEGUES, Antônio Carlos. A sócio antropologia das comunidades de pescadores marítimos no Brasil. **Etnográfica**, Vol. III (2), 1999, pp. 361-375.

# CAÇA E PESCA NO MARANHÃO: PESQUISA ATRAVÉS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS E DA ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

## Enciclopédia dos Municípios: indícios de caça e pesca no Maranhão

Pontuando agora as informações presentes na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, acerca da prática pesqueira no Maranhão e a comercialização do pescado, o documento evidencia que nos municípios do leste, como em Buriti, a pesca era praticada somente para sustento da própria população<sup>29</sup>; em Caxias, embora não existisse comércio de peixe em grande escala, o peixe era comercializado e era um item do sistema alimentar, especialmente entre os habitantes do interior do município.<sup>30</sup> Em Codó, a pesca também não era praticada em grande escala, por isso, não constituía atividade econômica<sup>31</sup>; já em Coelho Neto, quase não existia atividade pesqueira, “os que a esse ramo se dedicam, o faziam como complemento da atividade principal ou para o sustento próprio. Por isso, sua produção era insignificante”.<sup>32</sup>

Em relação ao município de Colinas, apesar de possuir inúmeros corpos hídricos piscosos, a pesca mostrava-se pouco desenvolvida, quase que exclusivamente, para a alimentação local<sup>33</sup>; em Coroatá,<sup>34</sup> Duque Bacelar,<sup>35</sup> Magalhães de Almeida,<sup>36</sup> Passagem Franca,<sup>37</sup> São João dos Patos<sup>38</sup>, Timbiras,<sup>39</sup> Urbano Santos<sup>40</sup> a pesca era praticada como atividade complementar a alimentação, apenas para o sustento da própria população do município, por isso seu rendimento era pequeno.

<sup>29</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 92.

<sup>30</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 129.

<sup>31</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 151.

<sup>32</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 155.

<sup>33</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 160.

<sup>34</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 164.

<sup>35</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 176.

<sup>36</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 215.

<sup>37</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 251.

<sup>38</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 338.

<sup>39</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 365.

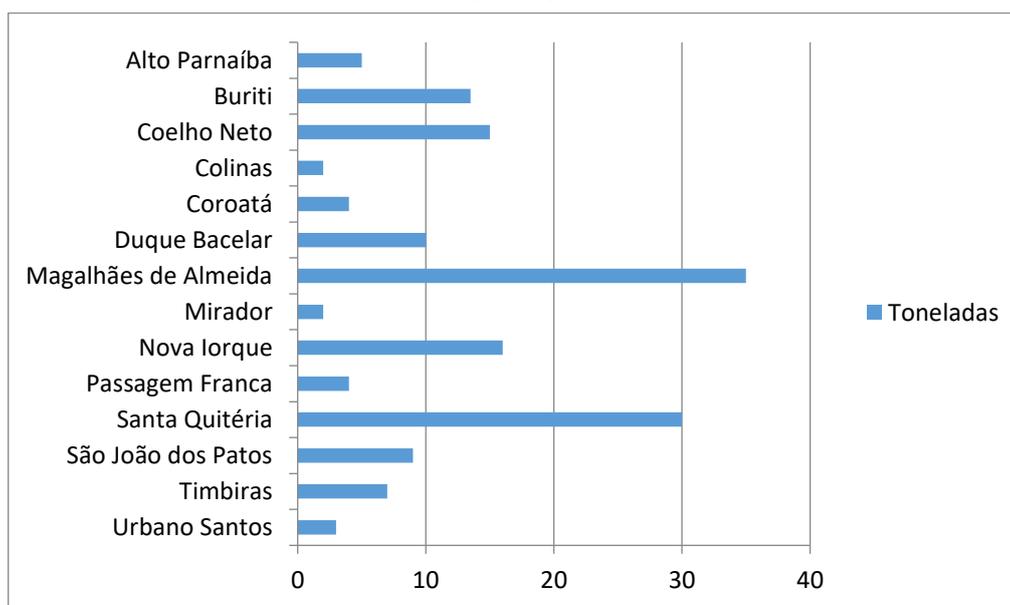
<sup>40</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 387

Em Miranda, a pesca se realizava entre dezembro e março, preferencialmente nos rios Itapecuru e Alpercatas<sup>41</sup>. No município de Santa Quitéria do Maranhão, era praticada a pesca em regular escala, tanto nos rios como nas lagoas, uma vez que a população, desprovida de recursos, dela se abastecia e, o seu pescado, era vendido não só aos habitantes do próprio município, como aos dos vizinhos<sup>42</sup>; São Bernardo era outro município que usufruía bastante o pescado, tendo o peixe como a principal riqueza extrativa de origem animal<sup>43</sup>. Em Timon, a pesca destinava-se quase na sua totalidade ao mercado de Teresina – PI e, o pouco que sobrava, era consumido pelos próprios pescadores<sup>44</sup>.

No que diz respeito aos municípios da região sul, apenas em Alto Parnaíba ficou registrado que “a pesca era praticada em pequena escala, com

o atividade subsidiária. Calculando, o Departamento Estadual de Estatística, em 1956, o pescado foi num total de 5 toneladas”.<sup>45</sup>

**Gráfico 04-** Produção de pescado no Maranhão (1956)



Fonte: Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, 1959

<sup>41</sup>INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 225.

<sup>42</sup>INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 316.

<sup>43</sup>INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 329.

<sup>44</sup>INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 368.

<sup>45</sup>INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 36.

## CAÇA E PESCA NO MARANHÃO: PESQUISA ATRAVÉS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS E DA ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Nos dados sobre os municípios de Coroatá, Nova Iorque e Santa Quitéria, estão contidas informações acerca das espécies de peixes e dos instrumentos utilizados na pesca. Em Coroatá, na pesca realizada no rio Itapecuru, foram citados os seguintes peixes: mandi, curimatã, surubim, anojado, piau e pescada.<sup>46</sup> Em Nova Iorque, “a pesca era praticada por 27 pescadores, não membros de Colônia - não sendo exercida em grande escala - que, para tal, utilizavam canoas; a aparelhagem é composta de redes comuns e de arrasto, anzol e currais”.<sup>47</sup> No texto sobre o município de Santa Quitéria a pesca é apresentada com mais detalhes:

A pesca é praticada em regular escala tanto nos rios como nas lagoas, pois a população desprovida de recursos, dela se abastece; é vendida não só aos habitantes do próprio município, como aos dos vizinhos. São 240 os pescadores que exercem tal atividade, não fazendo, entretanto, parte de Colônia. Servem-se de barcos e cascos e empregam redes de arrasto e de espera, tarrafas, etc. As espécies mais comuns no município são: surubim, curimatã, mandi, corvina, branquinha, mandubé, piranha, piau e outros. No rio Parnaíba são feitas as maiores pescarias, sendo de maio a novembro a fase mais propícia. Em 1956 a produção do pescado chegou a 30.000 kg, no valor de Cr\$ 360.000.<sup>48</sup>

A Enciclopédia apresenta poucas informações sobre a prática venatória, dos municípios analisados, apenas quatorze (14) contêm informações, direta ou indiretamente, relacionadas à caça. Este fato vai de encontro a observação do quanto é pequena a literatura sobre a atividade de caça.<sup>49</sup> Analisando os dados sobre o município de Alto Parnaíba, no item sobre pecuária, nota-se que na comercialização de couros de gado, também comercializavam peles silvestres. Sendo assim, a caça era praticada com objetivo de conseguir peles para a comercialização.<sup>50</sup>

Em Buriti Bravo, foi indicado que a comercialização de peles silvestres era uma fonte de renda do município, destacando-se as peles de gato maracajá, tidas como de grande valor e de alto custo.<sup>51</sup> Em Caxias também foi destacada a exportação de peles silvestres,

<sup>46</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 164.

<sup>47</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 239-240.

<sup>48</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 316.

<sup>49</sup> FERREIRA, Hugo Fernandes; ALVES, Rômulo Romeu Nóbrega. Aspectos Históricos da Caça no Brasil nos Séculos XVIII e XIX. **BioBrasil**, [s. l.], v. 8, n. 2, 2018, p. 91.

<sup>50</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 36.

<sup>51</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 96.

salientando que, nas matas, as espécies mais caçadas eram: caititu, paca, gato maracajá, cutia e veado.<sup>52</sup>

Em 1956, a produção extrativa, em Loreto, apontava para o mel e cera de abelhas; crinas de animais e peles de maracajá.<sup>53</sup> Neste município notou-se a presença de curtumes, ou indústrias do beneficiamento do couro, onde se processa peles de animais, com o intuito de torná-los utilizáveis para o comércio e indústria.<sup>54</sup> Nesse mesmo ano, a produção extrativista animal em Parnarama apontava para a comercialização de couro de veados e peles de caititus.<sup>55</sup>

No texto sobre o município de Pastos Bons destaca-se o seguinte trecho sobre caça, “é muito abundante de caça, principal sustento dos seus habitantes”.<sup>56</sup> Essa informação é valiosa, pois torna explícito que no município a carne da caça servia de alimento. No atual estágio de pesquisa, é possível adiantar que a caça e a pesca são atividades de subsistência, desenvolvidas por grupos familiares ou vizinhos, como atividade cooperativista, com objetivo de conseguir carne para abastecer as famílias. Tendo em vista as múltiplas relações de trabalho nas regiões leste e sul maranhense na primeira metade do século XX, a caça e a pesca utilizavam o mutirão, práticas de auxílio mútuo entre grupos de vizinhos.<sup>57</sup>

Apesar de atividade de subsistência, na Enciclopédia dos Municípios Brasileiros, pode-se observar muitas informações sobre a comercialização de peixes, ainda que em pequena escala, o que não acontece com a carne de animais silvestres, permitindo especulações a respeito da utilização da pesca como atividade complementar à renda, o que fica explícito em vários trechos da referida enciclopédia.

---

<sup>52</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 129-130.

<sup>53</sup> INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Enciclopédia dos Municípios Brasileiros**. vol. XV, Rio de Janeiro: IBGE, 1959, p. 212.

<sup>54</sup> FONSECA, João Bosco Soares da. **Os impactos socioeconômicos e ambientais do curtume tradicional de Pedra Grande, Tucano, Bahia**. Projeto de Pesquisa (Bacharel em Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2017, p. 7.

<sup>55</sup> FONSECA, João Bosco Soares da. **Os impactos socioeconômicos e ambientais do curtume tradicional de Pedra Grande, Tucano, Bahia**. Projeto de Pesquisa (Bacharel em Humanidades) - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2017, p.247.

<sup>56</sup> MARQUES, Cezar Augusto. **Dicionário Histórico-Geográfico da Província do Maranhão**. Rio de Janeiro: IHGB, 1870, p. 441.

<sup>57</sup> No Maranhão, a prática de mutirão, também denominado como adjunto ou adjutório, era uma forma de trabalho entre a população da zona rural que vivia da subsistência. Além disso, no ambiente rural maranhense, os trabalhos de mutirão aconteciam nos roçados (derrubadas, queimas, limpas, semeaduras e colheitas), assim como, na cobertura de casas, na farinha e, na prática de caça e pesca. CALDEIRA, Clóvis. **O mutirão: formas de ajuda mútua no meio rural**. Brasil. Ed. Nacional 1956.

## CAÇA E PESCA NO MARANHÃO: PESQUISA ATRAVÉS DOS CENSOS DEMOGRÁFICOS E DA ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS

Vale destacar que, ao longo da segunda metade do século XIX até meados do século XX, foram surgindo obras e regramentos para a atividade de caça e pesca. Destaca-se o Decreto nº 23.672 de 1934, intitulado “Código de Caça e Pesca”, criada durante o governo de Getúlio Vargas. É a legislação de maior abrangência, contém deveres de caçador e pescador; informa sobre restrições no exercício da caça e da pesca; os aparelhos que devem ser utilizados em ambas as atividades; a necessidade de licença para caçar e pescar determinados animais; determina locais considerados parques de refúgio e reserva, cujo objetivo era conservar os animais silvestres.<sup>58</sup> Portanto, a partir da década de 1930, existiam medidas estabelecidas pelo Estado, que garantiam que as atividades de caça e pesca não deveriam ser exercidas de qualquer forma pelos caçadores e pescadores profissionais ou amadores.<sup>59</sup>

Essa legislação é necessária, pois ao entrar em contato com a natureza e trocar experiências com ela, o homem provoca alterações ambientais, fazendo-se necessário regulamentar as formas de como se relacionar com Meio Ambiente.<sup>60</sup> As relações sociais, tecnológicas, econômicas e ecológicas dos pescadores e caçadores, não controladas, pode levar inúmeras espécies à extinção.

Como forma de concluir o texto, é perceptível que os recenseamentos de 1872, 1940, 1950 e 1960 abarcaram questões sobre os indivíduos que exerciam a prática da pesca e da caça no Maranhão. No censo de 1872, as informações acerca das atividades cinegética e pesqueira estão indicadas no quadro das profissões, particularmente o número de pescadores. Nos demais censos analisados as informações aparecem no item de atividades produtivas, na “indústria extrativista” ou “atividades agropecuárias e extrativas”. Em relação à Enciclopédia dos Municípios, as informações sobre flora e fauna (aquática e terrestre) apontam para uma diversidade vegetal e animal, capaz de fornecer peles para comercialização e carne para alimentar os muitos grupos de caçadores e pescadores do Maranhão.

---

<sup>58</sup> BRASIL. 1934 - DECRETO Nº 23.672 (02 de janeiro): instituiu o “Código de Caça e Pesca”.

<sup>59</sup> “Com o advento do Código de Caça e Pesca de 1934, tornou-se possível identificar atos propriamente de tráfico ilícito de animais pelas regras mais rigorosas que foram impostas para a caça e a comercialização de animais silvestres”. (NASSARO, 2011, p. 24) NASSARO, Adilson Luís Franco. A evolução do aparato normativo de proteção à fauna diante dos atos de caça no Brasil. **Tempos Históricos**. Vol. 15, 2011, p. 15- 44.

<sup>60</sup> SILVA, G. S. *et al.* SOCIOECONOMIA E PERCEPÇÃO AMBIENTAL DE PESCADORES ARTESANAIS EM UMA COMUNIDADE DO MARANHÃO. **Revista Brasileira de Educação Ambiental**, São Paulo, v. 16, 2021, p. 154.